



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO LAGO DA UHE LAJEADO

PLANO DE CAPACITAÇÃO





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO LAGO DA UHE LAJEADO

**PLANO DE CAPACITAÇÃO CRIADO POR CI LAGO EM
PARCERIA COM OS COMITÊS DE BACIAS
HIDROGRÁFICAS DO TOCANTINS CONFORME CONVÊNIO
01/2022/SEMARH**

2022

Avenida Teotônio Segurado, 402 Sul, Área Verde, CEP 77.021-622 – Palmas/TO.
comites.ci.lago@gmail.com



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO LAGO DA UHE LAJEADO

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
JUSTIFICATIVA	4
OBJETIVOS.....	5
Objetivo Geral	5
Objetivos Específicos.....	5
RECOMENDAÇÕES	5
DETALHAMENTO METODOLÓGICO	6
Local de realização dos cursos e eventos	6
ACOPANHAMENTO DAS ATIVIDADES.....	6
OFICINAS E CARGA HORÁRIA	6
TEMA 1: Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	7
TEMA 2: Pagamento por serviços ambientais/Valoração ambiental.....	7
TEMA 3: Recuperação de áreas degradadas e matas ciliares	7
TEMA 4: Comitê de Bacias Hidrográficas (Informações complementares para a gestão do comitê) .	7
TEMA 5: Diagnóstico ambiental e gerenciamento de impactos ambientais	8
TEMA 6: Educação ambiental para gestão de recursos hídricos.	8
TEMA7: Outorga de recursos hídricos – A importância dos CBH`S na gestão das águas.....	8
TEMA 8: Cobrança pelo Uso da Água:	8
TEMA 9: ICMS Ecológico.....	8
TEMA 10: Coleta de sementes e legislação pertinente a restauração.....	9
TEMA 11: Resíduos sólidos.....	9
TEMA 12: Evento das Águas, informativos da presença da água em nossas vidas:.....	10
Manuel Alves.....	10
Mulheres das águas.....	10
PLANO DE AÇÃO.....	10



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO LAGO DA UHE LAJEADO

APRESENTAÇÃO

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, estabelece como um de seus fundamentos que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades”.

Não obstante, esta mesma Lei afirma que uma das diretrizes para a implementação da PNRH é “a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País”.

Desta forma, todos os 26 Estados da Federação e o Distrito Federal possuem sua lei estadual de recursos hídricos e o Estado do Tocantins instituiu sua Política Estadual de Recursos Hídricos.

Desta forma, considerando a inovação da Lei ao estabelecer uma gestão descentralizada dos recursos hídricos, é essencial, para o bom andamento da mesma, o engajamento de todos os segmentos que compõem os Comitês de Bacias Hidrográficas, quais sejam a Sociedade Civil Organizada, os Usuários de Recursos Hídricos e o Poder Público Municipal, Estadual e Federal. E além da mobilização das instituições e representações, é necessário que cada uma delas saiba o seu papel na gestão, bem como que todos estejam a par das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, seus instrumentos, diretrizes e objetivos, a fim de fortalecer o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e promover a melhoria da gestão dos recursos hídricos. (Fonte: plano de capacitação para o sistema integrado de gerenciamento dos recursos hídricos do Espírito Santo – sigerh/es).

O papel dos Comitês tem como princípio básico da operacionalidade ir além da descentralização administrativa, visando à promoção da cidadania, através da democratização das informações, estímulo à Educação Ambiental, preservação das águas e intensificação do processo participativo da sociedade civil organizada. Deste modo, deve facilitar a articulação direta entre poderes públicos e comunidade envolvida (SERGIPE, 2002), Apud Figueiredo & Marioti, 2011).

Os Comitês de Bacias Hidrográficas compostos por representantes de órgãos e entidades públicas, representantes dos municípios contidos na Bacia correspondente, os usuários das águas e representantes da sociedade civil precisam de informações para tomadas de decisões, informações essas que devem ser fornecidas pelas instituições gestoras dos recursos hídricos.

Neste sentido é importante a disseminação de informações a partir de capacitações, propostas neste documento em conjunto com a elaboração de cartilhas técnicas para multiplicar este conhecimento nas comunidades, facilitando e empoderando as comunidades para a tomada de decisão, conforme os enquadramentos e legislação vigentes na gestão de águas.

JUSTIFICATIVA

Na instalação de um comitê de bacia ou no processo de renovação da sua composição, muitas vezes os membros não estão suficientemente preparados para exercer seus papéis. Muitos não têm a ideia clara das competências do comitê, sua inserção no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e seus respectivos instrumentos. Dessa forma, faz-se necessária a capacitação dos representantes eleitos, de forma a aprimorar a atuação do comitê como um todo. Além da capacitação dos membros, em conjunto com o processo de comunicação e mobilização, é interessante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO LAGO DA UHE LAJEADO

que sejam implementadas ações de capacitação sobre a Política de Recursos Hídricos para outros atores importantes.

Esse conjunto de ações busca internalizar na sociedade os fundamentos da gestão de recursos hídricos, por exemplo, a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão. Para que a população perceba que o impacto negativo de uma ação praticada na região das nascentes do rio pode comprometer os usos da água para as populações que se encontram a jusante daquele ponto.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Fortalecer a gestão dos recursos hídricos no Estado do Tocantins, por meio da elaboração e posterior execução do Plano de Capacitação dos membros dos Comitês, de forma a desenvolver suas competências e aperfeiçoar seu desempenho pessoal, profissional e institucional.

Objetivos Específicos

Estabelecer áreas prioritárias e ofertar ações de capacitação para membros e colaboradores eventuais de interesse dos Comitês;

Planejar sistematicamente as ações de capacitação, levando-se em conta as demandas dos Comitês, individuais e organizacionais, visando à aquisição, ampliação e a reciclagem de conhecimentos e de competências para o desenvolvimento permanente de seus colaboradores e membros.

Custear as despesas para a realização de 4 (quatro) eventos de capacitação por Comitê, com carga horária de 16h cada, nos municípios de abrangência do Comitê da Bacia Hidrográfica – contemplando o pagamento de 1(um) instrutor para 20 (vinte) pessoas em cada capacitação, durante 12 (doze) meses.

RECOMENDAÇÕES

Conforme já citado anteriormente, a elaboração deste documento contou com um prazo bastante curto e, por isso, a metodologia adotada consistiu em estabelecer as prioridades para o ano de 2022, enfatizando a necessidade de revisão e atualização do presente Plano, em 2023, com a recomendação de que se busque elaborar uma agenda plurianual de capacitações no âmbito dos Comitês.

Adicionalmente, durante o ano de 2018 quando houveram capacitações para execução do Termo de Parceria 02/2018 e elaboração do Plano de Capacitação Anual. Foram também elencadas sugestões para novas capacitações e todas foram repassadas às diretorias dos comitês. Sugerimos aproveitar essas sugestões para o plano de capacitação 2022.

Cabe ressaltar que para este Plano foi feita uma priorização das demandas. Desta forma, recomenda-se que as demandas solicitadas, mas ainda não previstas anteriormente, sejam reavaliadas na revisão do mesmo. Um exemplo disto é a solicitação de capacitações que ocorreram no plano anterior.

Por fim, é importante tratar do estabelecimento de diretrizes para execução do presente Plano.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO LAGO DA UHE LAJEADO

DETALHAMENTO METODOLÓGICO

Local de realização dos cursos e eventos

As ações de capacitação serão realizadas em:

- salas de treinamento disponíveis, ou no local de trabalho dos comitês
- auditórios ou salas de reunião da SEMARH, desde que comportem o número de participantes previsto no edital;
- instalações dos órgãos públicos que disponibilizem auditórios e salas para eventos;
- instalações de empresas parceiras dos Comitês.

Recursos financeiros e orçamentários

Para a execução deste Plano de Capacitação, o aporte orçamentário/financeiro deverá estar condicionado à disponibilidade orçamentária do Plano de Trabalho :

Acompanhamento e controle de execução do Plano

Após realizada a capacitação, a equipe de capacitação deverá encaminhar ao CI. LAGO relatório de prestação de contas conforme normas estabelecidas no termo de referência.

A equipe de Capacitação, após devidamente designada, será a responsável pelo acompanhamento da execução do Plano de Capacitação, pelo monitoramento de seus resultados, pela elaboração de relatório de avaliação, o qual subsidiará as diretrizes para execução do mesmo no exercício seguinte, bem como as revisões do Plano. O relatório deverá abranger todas as diretrizes do termo de referência.

ACOPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

As atividades serão acompanhadas pela Coordenação do Consórcio Intermunicipal do Lago da UHE Lajeado, juntamente com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e diretoria do Comitê, devendo haver um entendimento uníssono na execução deste Plano de Capacitação.

Plano de Capacitação para membros titulares e suplentes dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Tocantins.

OFICINAS E CARGA HORÁRIA

Serão realizadas 4 oficinas para cada Comitê, com duração de 16 horas cada, em locais definidos pelos comitês.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO LAGO DA UHE LAJEADO

ÍTEM	LOCAL	Nº. de capacitações	Carga horária capacitação/hs	Carga horária total/hs	Valor por capacitação	VALOR
1	CBHRSAST	4	16	64	1.750,00	7.000,00
2	CBHRLC	4	16	64	1.750,00	7.000,00
3	CBHRMA	4	16	64	1.750,00	7.000,00
4	CBHRF	4	16	64	1.750,00	7.000,00
5	CBHLP	4	16	64	1.750,00	7.000,00
TOTAL GLOBAL						35.000,00

TEMAS

TEMA 1: Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

- Definição de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Desmatamento de florestas nativas ;
- Fogo no bioma cerrado ;
- Recursos hídricos no Brasil;
- Atividades integrativas entre meio ambiente, sustentabilidade e recursos hídricos.

TEMA 2: Pagamento por serviços ambientais/Valoração ambiental

- Conceitos e categorias de PSA – Pagamento por Serviços Ambientais
- Exemplos de PSA no Brasil
- Serviços ambientais ou ecossistêmicos
- Valoração econômica dos serviços ambientais

TEMA 3: Recuperação de áreas degradadas e matas ciliares

- O papel das florestas no controle do clima
- O desmatamento no cerrado brasileiro e áreas degradadas no país
- PRAD – Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas
- Passos para o reflorestamento e recuperação de nascentes

TEMA 4: Comitê de Bacias Hidrográficas (Informações complementares para a gestão do comitê)

- Estrutura organizacional e funcionamento
- Instrumentos de tomada de decisão, deliberação, monção, normativas e conciliação de conflitos
- Competências do comitê: temas administrativos, técnicos e reguladores
- Supervisão, acompanhamento e avaliação de processos direcionados à bacia hidrográfica.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO LAGO DA UHE LAJEADO

TEMA 5: Diagnóstico ambiental e gerenciamento de impactos ambientais

- O que é o diagnóstico ambiental e seus estudos de base
- Análise do diagnóstico ambiental: meio físico, biológico e antrópico
- Passos do diagnóstico ambiental: caracterização prévia, levantamento da legislação ambiental aplicável; identificação das atividades e elementos que podem interagir com o ambiente; identificação dos aspectos ambientais associados a cada atividade; avaliação do grau de impactos ambientais (danos ou melhorias) identificados.

TEMA 6: Educação ambiental para gestão de recursos hídricos.

- Biomas e fisiologias vegetais;
- Matas ciliares e corredores ecológicos;
- As árvores e seu papel ecológico;
- Biodiversidade.

TEMA 7: Outorga de recursos hídricos – A importância dos CBH`S na gestão das águas.

- O que é outorga dos recursos hídricos;
- Procedimentos para licença;
- Importância do licenciamento;
- Anuências e comitês de bacias.

TEMA 8: Cobrança pelo Uso da Água:

- Implantação e operacionalização da cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- Procedimentos de cobranças nas bacias;
- Compatibilização das normas, bem como a troca de experiências com outras bacias.

TEMA 9: ICMS Ecológico.

- O que é ICMS ecológico;
- Razão de ser criado;
- Como Funciona;
- O papel dos Comitês e o ICMS ecológico;
- Como o ICMS pode ser implementado nos Municípios e como os municípios podem se beneficiar em âmbitos ambientais, sociais e econômicos;
- De que forma se pode impulsionar os municípios na implementação de políticas públicas ambientais;
 - Como pode ser dividido esse recurso e para que áreas.
 - O ICMS ecológico, exercendo uma função extra fiscal, surge como uma política pública de incentivo à conservação dos recursos naturais, compensando os municípios que tenham áreas legalmente protegidas, análise e visualização de que áreas são essas;
 - Histórico do ICMS no Tocantins;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO LAGO DA UHE LAJEADO

- Importância da SEMARH nesse processo de implementação e operacionalização do ICMS no estado (Convidar algum integrante do sistema operacional);
 - A ferramenta, Sistema Informatizado de Gestão do ICMS Ecológico para o Estado do Tocantins (Siseco).
 - Quais os locais no Tocantins que já se tem a implementação de ICMS ecológico.

TEMA 10: Coleta de sementes e legislação pertinente a restauração.

- Sementes nativas e exóticas;
- Coleta de sementes e épocas de sensibilização, quando são selecionadas;
 - Planejamento Anual da Coleta de Sementes Florestais
 - Sementes, mudas e viveiro;
 - Identificação de pontos, rastreamento e identificação de árvores;
 - germinação no viveiro;
 - Quebra de dormência;
 - Tempo das germinações das diferentes espécies;
 - Novas árvores com processo de beneficiamento das espécies;
 - Transplante e o plantio no campo;
 - Restauração de floresta;
 - Mata ciliar;
 - Recuperação de áreas degradadas;

TEMA 11: Resíduos sólidos.

- a Política Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS);
- A3P;
- Procedimentos e critérios referentes à geração de resíduos;
- armazenamento,
- coleta,
- transporte,
- tratamento e disposição final dos resíduos sólidos
- estabelece regras referentes ao gerenciamento integrado dos resíduos sólidos,
 - Aterro Sanitário;
 - incluindo a gestão e a prestação dos serviços na área de manejo dos resíduos sólidos urbanos e a Limpeza Pública no Município, além de regular as relações entre os prestadores de serviços e usuários; determinando os seus respectivos direitos e deveres e instituindo o regime de taxas e de infrações e sanções.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO LAGO DA UHE LAJEADO

TEMA 12: Evento das Águas, informativos da presença da água em nossas vidas:

Manuel Alves

Mulheres das águas

PLANO DE AÇÃO

COMITÊ	OFICINA	TEMA	DATA	LOCAL
CBHLP	1ª	4	4º TRIMESTRE 2022	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	2ª	7	4º TRIMESTRE 2022	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	3ª	8	1º TRIMESTRE 2023	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	4ª	6	1º TRIMESTRE 2023	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
CBHLC	1ª	3	4º TRIMESTRE 2022	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	2ª	5	4º TRIMESTRE 2022	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	3ª	11	1º TRIMESTRE 2023	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	4ª	8	1º TRIMESTRE 2023	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
CBHRMA	1ª	3	4º TRIMESTRE 2022	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS
	2ª	10	4º TRIMESTRE 2022	NATIVIDADE
	3ª	11	1º TRIMESTRE 2023	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	4ª	?	1º TRIMESTRE 2023	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
CBHRF	1ª	7	4º TRIMESTRE 2022	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	2ª	4	4º TRIMESTRE 2022	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	3ª	9	1º TRIMESTRE 2023	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	4ª	8	1º TRIMESTRE 2023	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
CBHSAST	1ª	4	4º TRIMESTRE 2022	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	2ª	5	4º TRIMESTRE 2022	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	3ª	6	1º TRIMESTRE 2023	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA
	4ª	2	1º TRIMESTRE 2023	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA

Palmas – TO, 16 de novembro de 2022

EDUARDO PELAEZ RISUENHO

Coord. Convênio 01/2022
Portaria 04/2022

SILVANA FARIA GUEDES COELHO

Especialista Ambiental
Convênio 04/2022